

## PERFIL DE PROJETO (PP)

### BRASIL

#### I. DADOS BÁSICOS

<b>Título do projeto:</b>	PROCIDADES Cascavel. Programa de Desenvolvimento Integrado/PDI do Município de Cascavel.		
<b>Número do Projeto:</b>	BR-L1344		
<b>Equipe de Projeto:</b>	Aderbal Curvelo (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Jason Hobbs (FMM/CBR), Mónica Merlo (FMP/CBR), Marília Santos (PDP/CBR), Dalve Soria (TSP/CBR), Cristina Celeste Marzo (LEG/SGO); Sérgio Magalhães, Vera Bazzanella, Rodrigo Speziali, Catalina Gómez, José de Arimatéa, Edison Bidone, Raul Ramos (Consultores); Ana Lúcia Camargo (FMM/CBR); e Ida Fernández (IFD/FMM).		
<b>Mutuário e Orgão executor:</b>	Município de Cascavel		
<b>Fiador:</b>	República Federativa do Brasil		
<b>Plano de financiamento:</b>	IDB: Capital Ordinário (CO)	US\$	28,75 milhões
	Local	US\$	28,75 milhões
	<b>Total</b>	<b>US\$</b>	<b>57,50 milhões</b>
<b>Salvaguardas:</b>	Políticas identificadas:	OP-703 <sup>1</sup> , OP-102 e OP-704	
	Categoria:	“B”	

#### II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

##### A. Caracterização do Município

- 2.1 O município de Cascavel está localizado na região oeste do Estado do Paraná, distante 491 km da capital Curitiba. Tem população de 289.339 habitantes<sup>2</sup>, dos quais 93% residem na área urbana. Desempenha papel de cidade polo da região oeste, uma área que compreende mais de 1,9 milhão de habitantes. No período 1990-2010 o município registrou a significativa taxa de crescimento populacional de 53%.
- 2.2 A atividade econômica da cidade, baseada na indústria ligada ao agronegócio, também tem crescido bastante, apresentando uma taxa de crescimento do PIB entre 2005/2009 de 71%<sup>3</sup>. A cidade tem uma boa estrutura de serviços públicos e sociais, evidenciado pelo seu relativamente alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,81, colocando Cascavel no 15º lugar do Estado e entre os melhores qualificados do país. Além disso, tem uma excelente gestão fiscal, posicionando-se no 22º lugar entre os municípios brasileiros no Índice de Gestão Fiscal da FIRJAN (Federação

<sup>1</sup> OP-703: B1, B2, B3, B5, B6, B7, B17

<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011.

<sup>3</sup> Este crescimento coloca Cascavel na 93ª posição entre os municípios do país quanto ao crescimento do PIB no período.

das Indústrias do Rio de Janeiro).

## **B. Principais Desafios**

- 2.3 Embora o município apresente bom nível de desenvolvimento e de qualidade de vida, o rápido crescimento urbano da cidade marcado pelo acelerado crescimento econômico e populacional, tem gerado vários problemas, tais como aumento de congestionamento viário, principalmente nas áreas centrais, e ausência de ligações entre ruas de alguns bairros. Também apresenta rápido crescimento das áreas periféricas, especialmente ocupadas por população de baixa renda, que embora disponham de infraestrutura urbana satisfatória, necessitam de infraestrutura social básica, como centros de assistência social e áreas de lazer. Tais bairros estão localizados perto de áreas verdes que carecem de uma adequada preservação. Estes estão entre os principais problemas da cidade, os quais são detalhados a seguir.
- 2.4 **Aspectos urbanísticos e de mobilidade.** Os principais problemas de mobilidade estão detalhados nos parágrafos seguintes.
- 2.5 **Conectividade do sistema viário.** O crescimento descontínuo da malha urbana resultou na falta de conectividade entre as ruas de vários bairros vizinhos. O problema mais grave se registra entre os bairros que margeiam a estrada federal BR-277, cuja travessia é difícil e perigosa, resultando em elevado número de acidentes num trecho de 3 Km (média de 175/ano)<sup>4</sup>.
- 2.6 **Saturação e falta de integração do sistema de transporte.** O aumento médio da frota de veículos é de mil unidades ao mês, chegando a 164.903 veículos emplacados no município ao final de 2011<sup>5</sup>. O crescente número de veículos nas vias, associado ao estrangulamento da principal artéria da cidade, faz com que a velocidade média de deslocamento dos veículos de transporte coletivo não passe de 16 Km/h nos horários de pico. Agrega-se a este fator, o baixo grau de integração do sistema de ônibus, que ocorre apenas em três terminais de transbordo, não permitindo flexibilidade de destinos.
- 2.7 **Circulação de pedestres–calçadas.** Cerca de 80% das ruas municipais não dispõem de calçadas adequadas, o que dificulta o trânsito confortável de pedestres. Estas calçadas são inexistentes ou descontínuas e sem padronização, situação também presente no entorno dos prédios municipais. Em consequência, a Prefeitura formulou o Programa Calçadas de Cascavel, com o objetivo principal de construir, recuperar e manter as calçadas da cidade, qualificando o ambiente urbano e proporcionando trânsito mais seguro aos pedestres.
- 2.8 **Sistema Ciclovitário.** Realizava-se em Cascavel uma média de 2000 viagens/dia de bicicleta nos deslocamentos entre os bairros<sup>6</sup>. Porém, como a malha de 5 Km de ciclovias existente não está interligada e é também utilizada como pista para

---

<sup>4</sup> Polícia Rodoviária Federal 2010/2011.

<sup>5</sup> Departamento de Trânsito, 2012.

<sup>6</sup> Pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Saúde entre julho e setembro de 2009.

atividades esportivas, a bicicleta como meio de transporte é subutilizada, e ainda prejudica o ordenamento do trânsito da cidade. O resultado é um elevado número de acidentes<sup>7</sup>. A Prefeitura elaborou o projeto de uma rede cicloviária que interligará os bairros com os terminais do transporte coletivo, conectará esses terminais, passando pelo centro e chegará aos parques lineares da cidade.

- 2.9 **Aspectos ambientais e sociais** – Cascavel tem 2,6 milhões m<sup>2</sup> de áreas verdes, representando 9,2 m<sup>2</sup> de área verde/habitante<sup>8</sup>. Segundo os parâmetros internacionais é considerado baixo<sup>9</sup>, pois deveria estar acima de 12,7 m<sup>2</sup>/hab. Além de poucas áreas verdes na cidade, especialmente nas zonas da periferia, existe uma preocupação pela deterioração de algumas destas áreas verdes e corpos hídricos localizados nos bairros mais pobres da cidade, pois eles não estão sendo adequadamente protegidos. Estes fatores levaram a Prefeitura a formular o projeto de parques lineares, que consiste no aproveitamento de áreas verdes deterioradas para reconstituir a mata ciliar ao longo dos rios, mantendo as áreas de preservação permanente e oferecendo espaços de lazer para a população pobre da cidade que carece deste tipo de espaço.
- 2.10 Além da falta de áreas verdes, os bairros periféricos carecem de equipamentos sociais, como centros de referência de assistência social (CRAS) e espaços de lazer<sup>10</sup>. Em relação aos bairros de Cascavel Velho, Santa Felicidade, Morumbi, Floresta e Interlagos, apresenta-se especial preocupação, pois são áreas com alta concentração de população pobre<sup>11</sup>, que tem acesso apenas a equipamentos básicos de saúde e educação básica, mas não a outros serviços sociais como os que o CRAS oferece, incluindo serviços de proteção e atendimento integral à família (PAIF) e registro no Cadastro Único.
- 2.11 **Aspectos institucionais.** A Prefeitura de Cascavel tem manifestado importância não só em atender os problemas urbanos e sociais mais relevantes da cidade, mas também consolidar sua rede de serviços e gestão. Neste sentido, solicita apoio do Banco para expandir dois de seus programas prioritários: (i) CASCABEL DIGITAL, uma iniciativa que proporciona internet rápida e gratuita em prédios públicos, através de tecnologia de rede de fibra ótica. Atualmente se disponibiliza internet gratuita em 70% do perímetro urbano e pretende-se ampliar a cobertura à cidade toda; e (ii) Geoportal, um serviço via internet reunindo dados do *Google Maps* e outras fontes. Este serviço terá amplo uso na gestão e planejamento urbano, além de agilizar atendimento às consultas prévias para construção. Além disso, a Prefeitura manifesta a necessidade de capacitar seus funcionários em planejamento e gestão do meio ambiente, entre outros.

---

<sup>7</sup> 76 acidentes com 5 óbitos em 2010/2011. Polícia Militar de Cascavel, 2011.

<sup>8</sup> Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2011.

<sup>9</sup> Orientações da ONU, 2011.

<sup>10</sup> Os CRAS fazem parte da política municipal de assistência social. Estes centros oferecem serviços de atenção a população pobre e oferecem informação e registro aos programas sociais ofertados pelo município e o governo federal. Atualmente o município só tem 5 CRAS e espera ampliar estes equipamentos a 9, financiando 4 CRAS nos bairros mencionadas que são os mais carente da cidade.

<sup>11</sup> Do total dos 30 bairros em Cascavel, estes 5 concentram 22% de sua população e tem uma concentração de 40% das famílias de baixa renda (baseado no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, Dados Fevereiro 2012).

## C. Estratégia do Município e do Programa

- 2.12 A estratégia do município é atender suas prioridades de desenvolvimento urbano e social identificadas no [Plano Diretor Municipal](#) e nos planos e estratégias setoriais recentes. A estratégia do programa é apoiar o município na implementação destas ações, particularmente aquelas relacionadas com o transporte coletivo, recuperação de áreas verdes e ampliação da oferta de equipamentos sociais, além das ações para consolidar a conectividade da cidade e prestação de serviços municipais. Os investimentos foram dimensionados considerando a capacidade da Prefeitura em assumir os custos de manutenção e operação daqueles investimentos, além de garantir que muitos deles consigam atender a população mais pobre da cidade.
- 2.13 As áreas de intervenção priorizadas pelo programa estão alinhadas com a estratégia do Banco no País (GN-2662-1), cujos objetivos enfatizam: (i) melhoria das condições de vida e eficiência nas cidades; e (ii) incremento das capacidades de gestão urbana e de prestação de serviços/infraestrutura em cidades de porte médio. O programa também contribui para o alcance das metas da CGI-9 por apoiar: (i) a implantação de infraestrutura produtiva, através da ampliação da infraestrutura de transporte; (ii) do fortalecimento institucional a nível subnacional; e (iii) proteção do meio ambiente.

## D. Objetivo e Resultados Esperados

- 2.14 **Objetivo:** O objetivo geral do programa é promover a melhoria das condições socioambientais e de circulação viária do Município. Os objetivos específicos são aumentar a eficiência do transporte público, incrementar as áreas verdes, ampliar a oferta de serviços sociais à população mais vulnerável e fortalecer a capacidade de gestão urbana e ambiental da Prefeitura.
- 2.15 **Componente 1. Transporte e sistema viário.** Investimentos de US\$36 milhões, contemplando: (i) implantação de corredores com faixas exclusivas para ônibus e urbanização do calçadão central da Av. Brasil/Tancredo Neves/Jacarezinho; (ii) elaboração do estudo dos terminais do sistema de transporte coletivo da cidade; (iii) melhoria de calçadas no entorno de prédios municipais; (iv) implantação de ciclovia; (v) pavimentação e abertura de vias; e (vi) construção de viaduto.
- 2.16 **Componente 2. Melhoria do meio ambiente e social.** Investimentos de US\$15.8 milhões, contemplando: (i) implantação de 5 Parques Lineares; e (ii) construção de 4 Centros de Convivência (centros operados pela Secretaria de Assistência Social que combinam CRAS e espaços de esporte, lazer e cultura num mesmo local), integrados aos Parques Lineares.
- 2.17 **Componente 3. Fortalecimento institucional.** Investimentos de US\$4,5 milhões, para: (i) projeto de rede de fibra ótica; (ii) estruturação de ferramenta do Geoportal; (iii) aquisição de equipamento para diagnóstico fitossanitário, mapeamento de vegetação; (iv) capacitação em planejamento e gestão do meio ambiente; e (v) aquisição de softwares.

- 2.18 **Resultados esperados:** Redução de tempos de viagem de transporte coletivo, aumento do índice de áreas verdes, ampliação de cobertura do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF), melhor acesso à informações de base geográficas da cidade e ampliação da inclusão digital.

### III. TEMAS DE PROJETO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 Os aspectos relevantes para a preparação do programa consistem na preparação e avaliação dos projetos básicos dos componentes I, II e termos de referência e especificações técnicas do componente III. O programa cumpre com os requisitos do mecanismo PROCIDADES<sup>12</sup>, e foi desenhado com base na experiência dos 12 programas PROCIDADES em execução. Estas lições incluem: (i) dispor dos projetos da amostra em nível básico/executivo; e (ii) reforçar a capacidade da Prefeitura mediante acompanhamento do Banco em todo o ciclo de projeto.

### IV. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

- 4.1 **Avaliação financeira.** Com relação à capacidade fiscal, o Município vem cumprindo com os índices estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo as análises preliminares do Relatório de Gestão Fiscal de 2011 é possível estabelecer que Cascavel está em condição para contratar o crédito com o Banco.
- 4.2 **Avaliação institucional.** A Prefeitura está estruturada para a execução do Programa, necessitando aprimorar capacidades específicas, que serão detalhadas durante a preparação da operação, quando será analisado o ambiente fiduciário e respectivos sistemas, o ambiente de controle, fiscalização e monitoramento do programa. Na fase de preparação do projeto serão estabelecidos acordos fiduciários e elaborado um plano específico de supervisão.
- 4.3 Em conformidade com a Política de Meio Ambiente e Salvaguardas (OP-703), o programa foi classificado como categoria B. A Prefeitura está elaborando o Relatório de Avaliação Ambiental (RAA), que incluirá o Plano de Gestão Ambiental e Social do Programa (PGAS). As intervenções previstas no programa só terão impacto negativo temporário na fase de obras. O programa não envolve a necessidade de realocação e reassentamento de população.

### V. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 5.1 Os Anexos IV e V apresentam o cronograma de trabalho e os recursos requeridos para financiar a preparação do programa (US\$89.320). A distribuição da Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD) para a Revisão de Qualidade e Risco (QRR) está prevista para 28/09/2012, o Comitê de Políticas de Operação (OPC) está previsto para 14/12/2012 e a aprovação pela Diretoria para 27/03/2013.

---

<sup>12</sup> PROCIDADES (PR-3086-4) é um mecanismo de crédito destinado a financiamento municipal no Brasil.

## **Anexo I**

Este anexo fue extraído por ser confidencial.

## SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the PP (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

<b>PROJECT DETAILS</b>	<b>IDB Sector</b>	URBAN DEVELOPMENT AND HOUSING-INTEGRATED URBAN DEVELOPMENT	
	<b>Type of Operation</b>	Investment Loan	
	<b>Additional Operation Details</b>		
	<b>Investment Checklist</b>	Urban Development	
	<b>Team Leader</b>	Curvelo, Aderbal Jose (aderbalc@iadb.org)	
	<b>Project Title</b>	PROCIDADES-CASCAVEL(INTEGRATED DEVELOPMENT PROGRAM)	
	<b>Project Number</b>	BR-L1344	
	<b>Safeguard Screening Assessor(s)</b>	Curvelo, Aderbal Jose (aderbalc@iadb.org)	
	<b>Assessment Date</b>	2012-04-12	
	<b>Additional Comments</b>		
<b>SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS</b>	<b>Type of Operation</b>	Loan Operation	
	<b>Safeguard Policy Items Identified (Yes)</b>	Activities to be financed in the project area are located within a geographical area or sector exposed to natural hazards (Type 1 Disaster Risk Scenario).	(B.01) Disaster Risk Management Policy– OP-704
		The Bank will make available to the public the relevant Project documents.	(B.01) Access to Information Policy– OP-102
		The operation is in compliance with environmental, specific women's rights, gender, and indigenous laws and regulations of the country where the operation is being implemented (including national obligations established under ratified Multilateral Environmental Agreements).	(B.02)
		The operation (including associated facilities) is screened and classified according to their potential environmental impacts.	(B.03)
		An Environmental Assessment is required.	(B.05)
Consultations with affected parties will be performed equitably and inclusively with the views of all stakeholders taken into account, including in particular: (a) equal participation of women and men, (b) socio-culturally appropriate participation of indigenous peoples and (c) mechanisms for equitable participation by vulnerable groups.		(B.06)	

		The Bank will monitor the executing agency/borrower's compliance with all safeguard requirements stipulated in the loan agreement and project operating or credit regulations.	(B.07)
		The operation is already <u>under construction</u> by the Executing Agency or the Borrower.	(B.12)
		Suitable safeguard provisions for procurement of goods and services in Bank financed projects may be incorporated into project-specific loan agreements, operating regulations and bidding documents, as appropriate, to ensure environmentally responsible procurement.	(B.17)
	<b>Potential Safeguard Policy Items(?)</b>	No potential issues identified	
	<b>Recommended Action:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PP (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR.</li> <li>• The project triggered the Disaster Risk Management policy (OP-704).</li> <li>• A more limited and specific Disaster Risk Assessment (DRA) may be required (see Directive A-2 of the DRM Policy OP-704). Please contact a Natural Disaster Specialist in VPS/ESG or INE/RND for guidance.</li> </ul>	
	<b>Additional Comments:</b>		
<b>ASSESSOR DETAILS</b>	<b>Name of person who completed screening:</b>	Curvelo, Aderbal Jose (ADERBALC@iadb.org)	
	<b>Title:</b>		
	<b>Date:</b>	2012-04-12	



## SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the PP (or equivalent) and sent to ESR.

<b>PROJECT DETAILS</b>	<b>IDB Sector</b>	URBAN DEVELOPMENT AND HOUSING-INTEGRATED URBAN DEVELOPMENT	
	<b>Type of Operation</b>	Investment Loan	
	<b>Additional Operation Details</b>		
	<b>Country</b>	BRAZIL	
	<b>Project Status</b>		
	<b>Investment Checklist</b>	Urban Development	
	<b>Team Leader</b>	Curvelo, Aderbal Jose (ADERBALC@iadb.org)	
	<b>Project Title</b>	PROCIDADES-CASCAVEL(INTEGRATED DEVELOPMENT PROGRAM)	
	<b>Project Number</b>	BR-L1344	
	<b>Safeguard Screening Assessor(s)</b>	Curvelo, Aderbal Jose (ADERBALC@iadb.org)	
	<b>Assessment Date</b>	2012-04-12	
	<b>Additional Comments</b>		
<b>PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY</b>	<b>Project Category:</b> B	<b>Override Rating:</b> B	<b>Override Justification:</b> Elevate: other (enter details in comments)
	<b>Conditions/ Recommendations</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Category "B" operations require an environmental analysis (see Environment Policy Guideline: Directive B.5 for Environmental Analysis requirements).</li> <li>• The Project Team must send to ESR the PP (or equivalent) containing the Environmental and Social Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) as well as the Safeguard Policy Filter and Safeguard Screening Form Reports.</li> <li>• These operations will normally require an environmental and/or social impact analysis, according to, and focusing on, the specific issues identified in the screening process, and an environmental and social management plan (ESMP). However, these operations should also establish safeguard, or monitoring requirements to address environmental and other risks (social, disaster, cultural, health and safety etc.) where necessary.</li> </ul>	
<b>SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS</b>	<b>Identified Impacts/Risks</b>	<b>Potential Solutions</b>	
	Generation of solid waste (e.g. domestic wastes, construction materials, sewage sludges, etc.) is moderate in volume, does not include hazardous materials and follows standards recognized by multilateral development banks.	<b>Solid Waste Management:</b> The borrower should monitor and report on waste reduction, management and disposal and may also need to develop a Waste Management Plan (which could be included in the ESMP). Effort should be placed on reducing and re-cycling solid wastes. Specifically (if applicable) in the case that national legislations have no provisions for the disposal and destruction of hazardous materials, the applicable procedures established within the Rotterdam Convention, the Stockholm Convention, the Basel Convention, the WHO List on Banned Pesticides, and the Pollution Prevention and Abatement Handbook (PPAH), should be taken into consideration.	
<b>DISASTER SUMMARY</b>	<b>Details</b> The Project should include the necessary measures to reduce disaster risk to acceptable levels as determined by the Bank on the basis of generally accepted standards and practices. Alternative prevention and	<b>Actions</b> A more limited and specific Disaster Risk Assessment (DRA) may be required (see Directive A-2 of the DRM Policy OP-704). Please contact a	

	mitigation measures that decrease vulnerability must be analyzed and included in project design and implementation as applicable. These measures should include safety and contingency planning to protect human health and economic assets. Expert opinion and adherence to international standards should be sought, where reasonably necessary.	Natural Disaster Specialist in VPS/ESG or INE/RND for guidance.
<b>ASSESSOR DETAILS</b>	<b>Name of person who completed screening:</b>	Curvelo, Aderbal Jose (ADERBALC@iadb.org)
	<b>Title:</b>	
	<b>Date:</b>	2012-04-12

## ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL (EAS)

### I. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

- 1.1. O objetivo geral do programa é promover a melhoria das condições de transporte e socioambientais do Município. Os objetivos específicos são aumentar a eficiência do transporte público, incrementar as áreas verdes, ampliar os equipamentos e serviços sociais à população mais vulnerável e aumentar a capacidade de gestão urbana e ambiental da Prefeitura.
- 1.2. **Componente 1. Transporte e Sistema Viário.** Investimentos de US\$36 milhões, contemplando: (i) implantação de corredores com faixas exclusivas para ônibus e urbanização do calçadão central da Av. Brasil/Tancredo Neves/Jacarezinho; (ii) elaboração do estudo os terminais do sistema de transporte coletivo da cidade; (iii) melhoria de calçadas no entorno de prédios municipais; (iv) implantação de ciclovia; (v) pavimentação e abertura de vias; e (vi) construção de viaduto.
- 1.3. **Componente 2. Melhoria do Meio Ambiente e Social.** Investimento de Prevê investimentos de US\$15.8 milhões, contemplando: (i) implantação de 5 Parques Lineares; (ii) construção de 4 Centros de Convivência (centros operados pela Secretaria de Assistência Social que combinam CRAS e espaços de esporte, lazer e cultura num mesmo local), integrados aos Parques Lineares.
- 1.4. **Componente 3. Fortalecimento Institucional.** Investimentos de US\$4.5 milhões, para: (i) projeto de rede de fibra ótica; (ii) estruturação de ferramenta do Geoportail; (iii) aquisição de equipamento para diagnóstico fitossanitário, mapeamento de vegetação; (iv) capacitação em gestão de projetos compartilhados; e (v) aquisição de softwares.
- 1.5. Na elaboração do programa estão sendo desenvolvidos projetos com seus orçamentos detalhados, alguns estudos complementares e a documentação necessária ao licenciamento ambiental dos projetos, onde são utilizadas normas técnicas vigentes no país e já são incorporadas premissas socioambientais.

### II. CONTEXTO LEGAL E INSTITUCIONAL

- 2.1. Há conformidade entre o pretendido pelo programa com a legislação de interesse, contemplando os diferentes aspectos legais incidentes sobre o processo de gestão do espaço urbano de Cascavel, considerando o que tenha sido expedido pelos níveis federativos envolvidos, sobretudo a União (Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional dos Recursos Hídricos, Código Florestal etc.) e o Município. Com relação a este último, as intervenções previstas pelo programa constam do Plano Diretor de Cascavel – Lei Complementar Nº 28, de 02 de janeiro de 2006, elaborado nos termos da Lei Federal 10.257/2001, Estatuto da Cidade. Cumpre ressaltar que o Plano Diretor é o principal instrumento político e de organização para o desenvolvimento sustentável da cidade.
- 2.2. O programa deverá estar de acordo com as políticas e salvaguardas do Banco OP-703, OP-704 e OP-102.

### III. CONTEXTO AMBIENTAL E SOCIAL

- 3.1. A população municipal estimada para 2011, a partir do censo IBGE 2010, é de 289.339 habitantes. Destes, 93,23% concentram-se na área urbana. A densidade demográfica do município é de 137 hab/km<sup>2</sup> (2.668 hab/km<sup>2</sup> na área urbana) e a taxa de crescimento populacional na última década foi de 1,55 % a.a. e ficou acima da verificada para o Estado do Paraná. O Produto Interno Bruto de Cascavel de cerca de R\$4,99 bilhões em 2009 é o 93o no ranking brasileiro, e um PIB per capita da ordem de R\$16.850/ano. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,810, 15ª posição entre os 399 municípios do Estado e acima do IDH nacional (0,699) e do Paraná (0,787).
- 3.2. Na economia destaca-se o setor agropecuário (3.500 propriedades rurais) pela alta produtividade, sendo o maior produtor entre as 17 cidades polos do Paraná. O setor secundário conta com 9 parques industriais, que abrangem todas as regiões do município com ênfase nos ramos de vestuário, moveleiro e agroindustrial; são 835 indústrias, 3.406 estabelecimentos comerciais e 4.444 empresas prestadoras de serviços. Cascavel é o polo universitário e o centro científico da Região Oeste do Paraná. Aproximadamente 20 mil estudantes universitários frequentam os cursos ofertados por 3 Universidades e 6 Faculdades, com parte significativa oriundos de outras cidades e regiões.
- 3.3. Cascavel é bem atendida de infraestrutura básica, destacando-se 99,93% de sua população com água tratada, 49% com esgoto tratado, 99,4% com energia elétrica e na telefonia já em 2003 se alcançava 95% da população com este serviço. Em 2009, a frota motorizada alcançou 139.183 unidades que circulam em uma malha viária urbana de cerca de 10.000 km, com 71% destas pavimentados. A coleta de lixo domiciliar e varrição atingem 100% da população, é estimada uma quantidade mensal recolhida de 5.700 toneladas.
- 3.4. Apesar desta performance econômica e de infraestrutura, 8.887 famílias na área urbana com renda per capita igual ou inferior a R\$ 140,00/mês (aproximadamente 40.000 pessoas) recebem o Bolsa Família. Estas famílias vivem nos bairros periféricos da área urbana da cidade. Estas áreas são o principal foco das intervenções socioambientais contempladas pelo programa.
- 3.5. Cascavel está localizada na região Oeste do Estado no Terceiro Planalto Paranaense, possui área de 2.100,105 km<sup>2</sup> e altitude de 780 metros. Seu clima é subtropical mesotérmico superúmido com temperatura média anual de 21°C, com pluviosidade média anual de 1.850 mm/ano. A área urbana do município apresenta relevo ondulado, solo permeável e geotecnicaamente favorável e alta densidade hidrográfica. O município de Cascavel integra três grandes bacias hidrográficas, sendo que 52% encontram-se na bacia do rio Iguaçu. O rio Cascavel, cuja bacia hidrográfica está inserida em grande parte na área urbana é responsável por 80% do abastecimento de água para a cidade. O Plano Diretor Municipal ressalta a importância na preservação das Áreas de Preservação Permanente (AAP) em nascentes e ao longo da drenagem urbana como um fator essencial à sustentabilidade atual e futura da cidade, portanto, para a qualidade de vida da população (escoamento de águas pluviais, garantia da qualidade das águas, microclima, lazer, preservação da biodiversidade etc.). Este aspecto é um dos pontos fortes do programa.

- 3.6. A intensificação do processo de urbanização com o crescimento da aglomeração urbana própria e entorno, associados a carências de planejamento e/ou de fiscalização na distribuição das atividades urbanas geram disfunções espaciais e ambientais que se refletem, via de regra, sobre as áreas verdes de APP, que repercutem na qualidade de vida da população e atingem, na maioria das vezes, de forma mais intensa, a população de baixa renda. No caso de Cascavel as condições para evitar este processo, agindo de forma pró-ativa, mesmo com as limitações orçamentárias são desafios a serem enfrentados.

#### IV. PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

- 4.1 Segundo a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703), o programa pode ser classificado na categoria B, tendo em vista que os potenciais impactos negativos ambientais, sociais, e de saúde e segurança gerados pela operação, são predominantemente temporários, limitados à etapa de obras, e mitigáveis através de medidas dentro dos padrões normais de gestão ambiental, social, e de saúde e segurança, de aplicação corrente. Os potenciais impactos negativos ambientais, sociais, e de saúde e segurança, tais como poluição atmosférica, ruído, interferências com tráfego, supressões localizadas de vegetação e risco de acidentes ocupacionais nas obras, são de pequena a moderada intensidade e magnitude e serão mitigados com a aplicação de medidas de controle ambiental padrão.
- 4.2. Os impactos ambientais e sociais positivos serão bastante significativos. Com relação ao Componente 2 Melhoria do Meio Ambiente e Social:
- a. A implantação de 5 parques lineares tem como origem a carência de áreas verdes, onde possam ser compatibilizadas atividades de lazer, esporte, cultura, convivência, preservação e educação ambiental na cidade. Isto deve-se à intensa ocupação e urbanização, com conseqüente adensamento populacional, comprometendo a vegetação ciliar dos rios. A localização dos parques se justifica pelo fato de estarem inseridos nas subzonas de proteção, conforme o macrozoneamento do município, onde se ressalta a urgência de recuperação, com seus fundos de vale e faixas de preservação permanente (APP). A implantação corresponde a 1.015.000 m<sup>2</sup> de áreas verdes do tipo parque linear, ou seja, 12,1% do total de APP da área urbana municipal (8,42 km<sup>2</sup> ou 8,4% da área do perímetro urbano de 100 km<sup>2</sup>). O resultado esperado com a implantação dos parques lineares é um incremento no índice de área verde de parques, praças etc. existentes (comportando esporte, lazer etc. – as quais representam atualmente 2.661.220 km<sup>2</sup>) por habitante de 9,2 m<sup>2</sup>/hab. para 12,7 m<sup>2</sup>/hab.
  - b. Encontram-se em execução as obras do Parque Vitória, que serão objeto de avaliação durante a preparação do Projeto, para assegurar que estejam em cumprimento com as políticas do Banco.
  - c. A construção dos Centros de Convivência Intergeneracionais – localizados de forma associada aos parques lineares - tem como motivação a existência de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, fragilização de vínculos familiares e comunitários com crianças, adolescentes e idosos com restrito acesso as expressões culturais, ao esporte e lazer e convivência intergeracional, resultando em violência expressiva ocorrendo nas áreas onde residem. Isto deve-se em grande parte à insuficiência de equipamentos públicos

para o desenvolvimento de atividades de esporte, lazer, cultura e convivência intergeracional para crianças, adolescentes e idosos e suas famílias, resultando em excessivo tempo disponível com conseqüente exposição a delinquência/violência. Os Centros pretendem promover as ações intersetoriais, intergeracionais no sentido de garantir o direito de acesso das famílias às atividades de esporte, cultura e lazer e a um espaço de convivência e formação para a cidadania. Os Centros poderão atender 264 crianças e adolescentes e 424 idosos e suas famílias. Os resultados esperados (considerando os cinco anos do programa): (i) oportunizar acesso a 1.300 crianças/adolescentes e 2.000 idosos; e (ii) diminuir a violência intrafamiliar contra crianças/adolescentes reduzindo os atendimentos realizados pelos CREAS I (atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência) de 515 registros no ano de 2011 para 360 registros e CREAS II (atendimento a adolescentes autores de ato infracional) de 285 registros no ano de 2011 para 199 registros, e contra idosos reduzindo os atendimentos realizados no CREAS III (atendimento a idosos, mulheres e pessoas com deficiência vítimas de violência) de 333 registros no ano de 2011 para 230 registros.

- 4.3. É importante salientar que a perenização (sustentabilidade) dos benefícios da implantação dos parques lineares, dependem, dentre outros aspectos: (i) qualidade da água, pontos-chave de entrada da drenagem pluvial (situação geral da macrodrenagem), idem esgoto (e do seu estado: tratado ou não), situação/localização geral de projetos de terraplenagem (condomínios, distritos industriais, obras públicas, atividades agropecuárias a montante das drenagens urbanas etc.); e (ii) capacidade institucional para recuperação de APP: viveiro público, pessoal qualificado, monitoramento e manutenção. A Prefeitura Municipal de Cascavel tem pleno conhecimento destes aspectos e da necessidade do seu tratamento nos projetos sendo elaborados para o programa. Adicionalmente, é preciso reconhecer que estas questões devem ser tratadas de forma integrada com os demais aspectos envolvidos (urbanização, saneamento etc.). Por este motivo, é necessário o Plano de Fortalecimento Institucional da SEMA, conforme descrito no Componente 3 de Fortalecimento Institucional do programa.

**V. ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL (MEDIDAS PROPOSTAS PARA UMA ADEQUADA ABORDAGEM AMBIENTAL E SOCIAL DO PROGRAMA)**

- 5.1 **A Estratégia Ambiental e Social (EAS)** para a preparação e análise do programa está baseada na verificação da implementação dos seguintes elementos: (i) a elaboração de um Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) adequado e satisfatório ao Banco, principalmente quanto à identificação dos potenciais impactos, proposta de medidas mitigatórias (escopo dos Critérios de Elegibilidade Socioambiental - CEA) e estruturação da gestão socioambiental na unidade de gerenciamento do programa a ser criada na forma de um Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS; (ii) um processo de consulta pública do RAA; (iii) a obtenção das licenças ambientais aplicáveis de todas as obras financiadas; (iv) incorporação das condicionantes ambientais e sociais aplicáveis, desde a etapa de desenho dos projetos/componentes, conforme definido nos CEA e no licenciamento ambiental; e (v) fortalecimento da gestão ambiental municipal através de apoio à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- 5.2 **Relatório de Avaliação Ambiental (RAA).** Para garantir a viabilidade ambiental do programa, a Prefeitura Municipal está elaborando o Relatório de Avaliação Ambiental

(RAA) que segue as diretrizes da política ambiental do Banco para os projetos classificados como de categoria B. Assim sendo, seguindo as diretrizes da OP-703, o RAA incluirá, entre outros: (i) uma descrição detalhada dos potenciais impactos ambientais e sociais positivos e negativos; (ii) descrição das ações tomadas para confirmar que os potenciais impactos e as medidas de mitigação correspondentes foram adequadamente analisadas; (iii) descrição do processo de consulta pública; (iv) identificação da capacidade institucional do município em relação à gestão ambiental e social da operação, e as propostas de atividades de reforço institucional; e (v) medidas para garantir a orientação na implantação, a supervisão, a fiscalização e o monitoramento dos aspectos e requerimentos ambientais e sociais (incluindo saúde e segurança laborais da operação), com a identificação das responsabilidades, cronograma e orçamento (em acordo a diretiva B.7 da OP-703).

- 5.3 **Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS).** O RAA inclui o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) que irá como um anexo ao Desenvolvimento da Operação (POD) e ao Regulamento Operacional do programa (ROP). Entre outros aspectos, o PGAS apresenta a síntese das medidas, recomendações e condições necessárias para mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos que sejam consequência das obras e ações financiadas. O PGAS tem por principal função definir as medidas e os procedimentos de gestão dos aspectos ambientais e sociais a ser desenvolvida pela unidade de gerenciamento do programa (incluindo programas complementares, caso sejam requeridos) e, terá ações e custos definidos, conforme a OP-703.
- 5.4 **Consulta Pública.** A equipe de projeto do Banco também repassou junto às contrapartes locais os procedimentos referentes ao processo de divulgação e consulta pública necessária ao programa nesta etapa de preparação. O RAA deverá ser apresentado ao público em geral de forma amplamente divulgada e posto à disposição da comunidade no sítio da Prefeitura Municipal, previamente à missão de análise. Para isto, o Banco forneceu uma série de indicações e recomendações para atender as políticas do Banco OP-102 e OP-703 nestes aspectos.
- 5.5 **Licenciamento Ambiental.** O município foi orientado pelo Banco a proceder ao licenciamento ambiental dos empreendimentos possíveis de causar danos ambientais, em acordo com a legislação vigente no país. Os licenciamentos ambientais emitidos em Cascavel são de competência do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, que é o órgão estadual do meio ambiente, vinculado a Secretaria Estadual do Ambiente.
- 5.6 **Indicadores:** os indicadores relevantes às atividades socioambientais constarão do PGAS e serão incluídos na Matriz de Resultados que acompanhará o POD.
- 5.7 **Acompanhamento Ambiental:** Durante a definição do arranjo institucional para execução do programa será definida a forma de acompanhamento do PGAS. De toda forma, a equipe de projeto do Banco, direta ou indiretamente, através de consultores contratados, supervisionará o cumprimento do PGAS periodicamente, através de visitas de campo e/ou revisão de relatórios da unidade de gerenciamento do programa.

## ÍNDICE DE ESTUDOS SETORIAIS

Estudos	Descrição	Datas 2012
<b>Componente I. Transporte e Sistema Viário</b>		
Preparação e avaliação dos projetos da amostra do componente I	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estudo de concepção da intervenção da Av. Brasil/Tancredo Neves/Jacarezinho, incluindo as Ruas Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Mato Grosso acompanhado do respectivo orçamento;</li> <li>2. Análise de Viabilidade Econômica, Técnica e Operacional da intervenção da Av. Brasil/Tancredo Neves/Jacarezinho;</li> <li>3. Projeto básico, orçamento e avaliação econômica da trincheira da BR 277;</li> <li>4. Termo de referência para elaboração de estudo do sistema do transporte coletivo;</li> <li>5. Projeto básico e orçamento das calçadas;</li> <li>6. Projeto básico e orçamento das ciclovias;</li> <li>7. Projeto básico e orçamento das Ruas Jequitibá e Bartolomeu Cancelli.</li> </ol>	27 de julho
Licenciamento ambiental dos projetos do componente I	Solicitação do licenciamento ambiental das obras do componente I junto ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP.	27 de julho
Proposta de indicadores do componente I da Matriz de Resultados	Apresentação da linha de base e indicadores de produtos e resultados para componente I.	27 de julho
<b>Componente II. Melhoria do Meio Ambiente e Social</b>		
Preparação e avaliação dos projetos da amostra do componente II	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Projeto básico e orçamento do Parque Morumbi;</li> <li>2. Projeto básico e orçamento do Centro de Convivência Intergeracional do Parque Morumbi;</li> <li>3. Projeto básico e orçamento do Centro de Convivência Intergeracional do Cascavel Velho.</li> </ol>	27 de julho
	Análise de Viabilidade Econômica.	27 de julho
Licenciamento ambiental dos projetos do componente II	Solicitação do licenciamento ambiental das obras do componente II junto ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP.	27 de julho
Relatório de Avaliação Ambiental do Programa	Encaminhar ao BID a versão final do RAA.	27 de julho



Estudos	Descrição	Datas 2012
Proposta de indicadores do componente II da Matriz de Resultados	Apresentação da linha de base e indicadores de produtos e resultados para componente II.	27 de julho
<b>Componente III. Fortalecimento Institucional</b>		
Preparação e avaliação das ações da amostra do componente III	Plano de fortalecimento institucional da SEMA.	27 de julho
	Análise de Viabilidade Econômica.	27 de julho
	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Termo de referência para contratação do projeto da rede de fibra óptica do Programa Cascavel Digital;</li> <li>2. Plano de Capacitação da equipe de TI do Programa Cascavel Digital;</li> <li>3. Termo de referência para desenvolvimento e estruturação das ferramentas necessárias a serem implantadas no GEOPORTAL com treinamento;</li> <li>4. Termo de referência para aquisição de imagem de satélite da área total do Município;</li> <li>5. Termo de referência para aquisição de imagem planialtimétrica ortorretificada obtida através de levantamento aerofotogramétrico da área urbana da cidade de Cascavel;</li> <li>6. Termo de referência para aquisição de software Bentley Power Civil com treinamento;</li> <li>7. Apresentação da Linha de Base e indicadores de produtos e resultados do componente III;</li> </ol>	27 de julho
	Supervisão	Termo de referência para contratação de consultoria de apoio à supervisão.
Monitoramento e Avaliação	Plano de Monitoramento e Avaliação.	27 de julho
Avaliação dos aspectos financeiros e institucionais	Análise Financeira.	27 de julho
	Análise Institucional.	27 de julho
	Esquema de Execução.	27 de julho
	Arranjo Institucional.	27 de julho
Aquisições	Plano de Aquisições	27 de julho
Planejamento Financeiro	Elaboração de cronograma financeiro.	27 de julho

## **Anexo V**

Este anexo fue extraído por ser confidencial.